

## **Medo do gr áfico de buscar seus direitos na Justi ça enquanto trabalha pode est á com os dias contados**

, 20 Julho 2015 - 10:48:26

N ão h á situa ç ão mais delicada para o gr áfico que conviver com o patr ão sonhando seus direitos e, por medo de perder o trabalho, n ão autorizar a entidade de classe (Sindigr áficos) a acionar a Justi ça para garanti-los. Infelizmente, isso é mais comum do que se imagina. Por exemplo, em 2013, saiu uma senten ça favor ável a 20 gr áficos da extinta Rigesa, sendo que outros 180 funcion ários ficaram de fora da decis ão, pois com medo de repres álias, n ão autorizaram o sindicato a represent á-los na a ç ão. E h á muitos outros casos semelhantes. Mas j á pensou se fosse permitido ao sindicato, sem autoriza ç ão, entrar com uma representa ç ão jur ídica individual do gr áfico, ou coletiva dos funcion ários da empresa? Todos os trabalhadores sairiam ganhando em todos os aspectos. Isso pouparia o trabalhador do estresse e garantiria todos os seus direitos. E isso pode come çar a ser real. Pois, no final do ú ltimo m ês, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou um Recurso Extraordin ário, entendendo que o sindicato pode representar judicialmente os trabalhadores filiados, sem autoriza ç ão deles. Portanto, com esta decis ão, basta o gr áfico estar filiado para o Sindigr áficos acionar a Justi ça de forma autom ática, para garantir, sem os exporem, os seus direitos sonhados pelo patr ão.

"A decis ão do STF vem em favor dos trabalhadores, pois, infelizmente, apesar o art. 8 da Constitui ç ão, estabelecer a legitimidade extraordin ária dos sindicatos para defender em ju ízo os direitos e interesses coletivos ou individuais dos membros da classe, existe um entendimento comum entre os magistrados que proibi o sindicato a representar judicialmente o trabalhador sem a autoriza ç ão dele", PC PRINT diz Leandro Rodrigues, presidente do Sindgr áficos. Com isso, muitos gr áficos n ão permitem ao sindicato entrar com uma a ç ão e perdem direitos por medo de perder o emprego. Muitas vezes, lamentavelmente, os trabalhadores s ó decidem autorizar a a ç ão coletiva depois da demiss ão em massa quando a empresa fecha. Foi o que aconteceu, por exemplo, nas empresas PCPrint e Editora 3.

Mas, este cen ário pode mudar, em fun ç ão do entendimento de Ricardo Lewandowski, presidente do STF e relator de tal Recurso Extraordin ário (883642), julgado no fim de junho. O ministro da Suprema Corte diz que essa legitimidade extraordin ária do sindicato é ampla, porque abrange a liquida ç ão e execu ç ão dos cr éditos reconhecidos ao trabalhador, sendo desnecess ária qualquer autoriza ç ão para a sua referida representa ç ão.

Por outro lado, no entendimento de Lewandowski, cabe ao sindicato tal direito de representa ç ão judicial somente dos trabalhadores filiados à entidade de classe da categoria. "Assim, o nosso sindicalizado fica ainda mais forte, pois podemos acionar a ç ões na Justi ça em favor de cada um deles", comemora Rodrigues.

Portanto, o entendimento do STF protege o trabalhador duplamente, pois evita que ele se exponha para garantir seu direito, bem como dar o direito ao sindicato para represent á-lo sem tal exposi ç ão ao autorizar a ç ões judiciais.

Al ém disso, contribui para fortalecer a representa ç ão sindical, j á que s ó o sindicalizado que ter á tal prote ç ão. "O STF

colabora, portanto, para fortalecer o sindicato, sem expor o trabalhador, e reforça a importância de estar sindicalizado", diz.

FONTE: [STIG JUNDIAÍ](#)